

CÂMARA DOS DEPUTADOS



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 171, DE 2022.

Aprova o texto da Emenda ao Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços do MERCOSUL, assinado em Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019.

Autor: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Relator: Deputado Zé Haroldo Cathedral

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo nº 171/2022, que busca aprovar o texto da Emenda ao Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços do MERCOSUL, assinado em Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019.

Pois bem, conforme mensagem ao Congresso Nacional (MSC nº 176/2022), referida Emenda *“modifica o Anexo sobre Serviços Financeiros do Protocolo, com a finalidade de atualizá-lo para que reflita mais adequadamente a evolução e a regulamentação de serviços financeiros (bancos, valores mobiliários e seguros), estabelecer critérios que permitam salvaguardar a capacidade de atuação dos reguladores financeiros e incorporar os avanços alcançados em negociações do MERCOSUL com terceiros países ou grupos de países”*.

Quanto às modificações em si, a mensagem esclarece que a Emenda:

“(…) tem como objetivos: a) a atualização de definições, de modo a estabelecer o significado de termos como banco de fachada (‘shellbank’), jurisdições de tributação favorecida, prestador de serviços financeiros ‘offshore’, organização autorregulada, entre outros; b) a atualização dos dispositivos sobre medidas prudenciais e seu reconhecimento; c) a definição de dispositivos para regulação efetiva e transparente; d) a



CÂMARA DOS DEPUTADOS



previsão de prestação de 'novos serviços financeiros'; e) a previsão da possibilidade de processamento de dados e sua transferência a outro estado parte; e f) a criação de dispositivos sobre organizações autorreguladas".

A presente proposição foi distribuída às **Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço (CDEICS), Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) e a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC).**

A **Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço** *"concluiu pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 171/2022 nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Antônia Lúcia".*

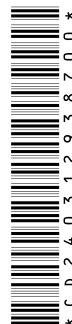
A **Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional** *"concluiu pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 171/2022 nos termos do Parecer do Relator, Deputado Claudio Cajado"*

Fui designado Relator da presente proposição.

II - VOTO DO RELATOR

Senhores Deputados, a presente proposição – Emenda ao Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços do MERCOSUL – altera o Anexo sobre Serviços Financeiros do Protocolo, buscando atualizá-lo, para melhor refletir a *"evolução e a regulamentação de serviços financeiros (bancos, valores mobiliários e seguros)"*, bem como *"estabelecer critérios que permitam salvaguardar a capacidade de atuação dos reguladores financeiros e incorporar os avanços alcançados em negociações do MERCOSUL com terceiros países ou grupos de países"*.

Pois bem, no caso concreto, compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a análise tão somente da constitucionalidade, da juridicidade e da boa técnica legislativa das proposições. **Não há, pois, análise de mérito neste momento legislativo.**



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Quanto à **Constitucionalidade Formal**, a proposição encontra amparo no art. 49, inc. I, da Constituição Federal de 1988.

Já em relação à **Constitucionalidade Material**, o texto em nada ofende princípios e/ou regras previstas na Constituição Federal de 1988.

Ademais, o texto tem **juridicidade**, considerando que, além de inovar no ordenamento jurídico brasileiro, não contraria regras e princípios de Direito.

Quanto à **Técnica Legislativa**, a proposta atende os requisitos da Lei Complementar nº 95/98.

Ante o exposto, **voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 171/2022.**

Sala da Comissão, de abril de 2024.

Deputado ZÉ HAROLDO CATHEDRAL
(PSD/RR)
Relator

